



Conteúdo disponível em: <https://www.ifgoiano.edu.br/periodicos/>

Multi-Science Journal

Website do periódico: <https://www.ifgoiano.edu.br/periodicos/index.php/multiscience>



Revisão

Causas e consequências da homofobia na escola: uma revisão

Rafael Porto Vieira¹; Sandra Regina Marcolino Gherardi²; Mirlene Fátima Simões Wexell Severo³

¹Universidade Estácio de Sá, Brasil. rafaelportovieira18@gmail.com

²Instituto Federal Goiano - Campus Urutaí, Brasil. sandragherardi@gmail.com

³Universidade Estácio de Sá, Brasil. rafaelportovieira18@gmail.com

INFO ARTIGO

Histórico do artigo
Recebido: 20 agosto 2017
Aceito: 10 outubro 2017

Palavras-chaves

Homofobia
LGBT
Escola
Preconceito

RESUMO

A homofobia é o medo, aversão, antipatia, desprezo e preconceito em relação a pessoas homossexuais, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros. Diante do contexto, o objetivo do presente artigo foi identificar as principais causas e consequências da homofobia na escola, e também, conceituar seus principais eixos temáticos. Este estudo utilizou como método a revisão bibliográfica, onde por princípio foi realizada uma busca minuciosa dos principais livros que tratavam da homofobia na escola e dos principais eixos temáticos, e posteriormente, foi realizada a busca de publicações indexadas na plataforma Google Acadêmico, provenientes do ano de 2016 e que possuísem relação com o tema em questão. O corpus de análise foi composto por 19 artigos, que tiveram seus resumos e conclusões analisados sistematicamente. Eram integralmente brasileiros, redigidos em português e majoritariamente resultantes dos estados de São Paulo (21,05%) e Bahia (21,05%). Foram identificados 10 periódicos com destaque para a revista: FAEEBA, que foi responsável por 30,76% das produções acerca do assunto analisado. E por fim foi possível dividir os resultados em duas categorias temáticas, a primeira disse respeito às causas encontradas pelos pesquisadores e a segunda referia-se às publicações que abordavam as consequências da homofobia no ambiente educacional. A partir do conjunto desta pesquisa foi possível confirmar a existência de causas e consequências para a homofobia no ambiente educacional, deixando clara a necessidade ímpar de mais pesquisa relacionada a esta temática. Além disso, este trabalho proporcionou uma complementação pedagógica em diversidade sexual.

1. Introdução

A homofobia é uma forma de preconceito que se estabelece pela não aceitação do diferente no que diz respeito às regras da heteronormatividade. Estando alguém fora do gênero, identidade de gênero ou orientação sexual impostos pela cultura heterossexual dominante, este corre grande risco de ser hostilizado e não incorporado à mesma, como no caso de alunos(as) homossexuais que sofrem constantemente com tal aversão no ambiente educacional gerando grandes consequências.

Prado et al. (2008) asseveram que na sociedade brasileira a homossexualidade foi extremamente condenada pelo discurso hegemônico que tendo como base o discurso religioso e médico-científico, legalizou as práticas sociais e instituições alicerçadas em um conjunto de valores heteronormativos, os quais levaram à discriminação e à punição de vários comportamentos sexuais sob acusação de crime, doença ou pecado. Torres (2013) cita que em nossa sociedade, certas normas que tornam difícil os debates sobre

as sexualidades na educação estão descritas nos discursos enumerados por Prado et al. (2008) e descreve um exemplo que é a afirmação de que a homossexualidade é algo errado ou doentio, o que pode levar, segundo ele, à ideia de que a heterossexualidade é o normal e as homossexualidades constituem desvios.

Barroso (2011) lembra que não possibilitar ao indivíduo a oportunidade de vivenciar sua orientação sexual (gênero ou identidade de gênero) em todos os seus desmembramentos é privá-lo de uma das dimensões que dão sentido à sua vida. A impossibilidade de experimentar tal vivência está em profundo desacordo com o que prevê a constituição brasileira, que tem como um de seus fundamentos “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Brasil, 1988, p. 1).

Este estudo teve como objetivo identificar as principais causas e consequências da homofobia na escola, e também, conceituar seus principais eixos temáticos.

2. Sexo e sexualidade

Jesus (2015) afirma que sexo é a classificação biológica das pessoas como machos ou fêmeas, fundamentada em características orgânicas como cromossomos, níveis hormonais, órgãos reprodutivos e genitais. Afirma ainda que, ao contrário da crença popular, reiterada em diferentes discursos, a categoria sexo não se configura como uma dualidade simples e fixa entre indivíduos deste e daquele sexo (binarismo ou dimorfismo sexual) e, sim, como um contínuo complexo de características sexuais.

Valladeres (2007) expõe que o sexo, através da sexualidade desempenha papel importante e básico em nossas vidas. “A sexualidade não se restringe ao aspecto genital e à reprodução, envolve a dimensão do prazer, da subjetividade e da intersubjetividade, estando inserida na sociedade e na cultura da qual a dimensão de gênero deve ser levada em consideração” (Silva Junior, 2012, p. 19).

Silva Junior (2014) interpreta a sexualidade como um conjunto de manifestações de cunho afetivo-emocionais conscientes e inconscientes, que engloba a orientação sexual e as várias expressões de gênero, enquanto produtos culturais, cambiantes e manipulados assim como outros traços dos indivíduos, em sua constante busca pelo autoconhecimento e afirmação enquanto pessoa humana.

Quanto às formas de expressar a sexualidade, Torres (2013) diz que estas, estão relacionadas com a história de vida das pessoas. Existindo, desta maneira, uma singularidade da experiência sexual que não pode ser desprezada, ou seja, todo indivíduo tem o direito de reproduzir e elaborar de modos diferentes a compreensão da sexualidade que desenvolveu durante sua história. Talvez essa sua possibilidade cause medo e repulsa em alguns, o que também depende de suas histórias de vida e de suas crenças e vai além afirmando que:

A expressão das sexualidades depende também do contexto social, de modo que a experiência por exemplo, de uma mulher lésbica numa cidade do interior de um estado X pode ser completamente diferente da experiência de uma mulher lésbica de uma capital Y, ainda que a última experiência não implique necessariamente menos discriminação. Numa mesma cidade, a diversidade de vivência pode estar relacionada, por exemplo, ao fato de a mulher ser da elite ou de uma classe social menos favorecida economicamente. O contexto histórico é do mesmo modo, fundamental para analisar as sexualidades, cuja compreensão está relacionada às alternativas e aos limites que ele coloca. Isso não quer dizer que o desenvolvimento da compreensão sexual do ser humano ocorre em etapas, ou seja, não significa que possamos pensar que uma época é mais ou menos evoluída, melhor ou pior que outra. Cada período histórico apresenta diferentes maneiras de ver e entender os mais diversos fenômenos, e de se posicionar em relação a eles (Torres, 2013, p. 12).

Entender a diversidade sexual a partir do contexto sócio-histórico permite-nos reconhecer que, muitas vezes, repetimos formas de discriminação até mesmo sem perceber, alguns autores apontam inclusive a necessidade de conhecer as questões da diferença e da variedade sexual para questionar uma compreensão da heterossexualidade como única possibilidade da sexualidade (Rubin & Butler, 2003).

3. Sexismo e heteronormatividade/heterossexismo

Borrillo (2015) define o sexismo como a ideologia organizadora das relações entre os sexos, no âmago da qual o masculino caracteriza-se por sua vinculação ao universo exterior e político, enquanto o feminino reenvia à intimidade e a tudo o que se refere à vida doméstica. Tal ordem sexual, implicaria tanto à subordinação do feminino ao masculino quanto à hierarquização das sexualidades, tornando-se uma das gêneses para diversos preconceitos referentes à sexualidade.

Smigay (2002) vai adiante e aponta que:

Sexismo é uma posição ou uma postura misógina de desprezo frente ao sexo oposto – e que é uma expressão desconsiderada na edição de 1975 do Novo Dicionário Aurélio, ausente também no Novo Michaelis dos anos oitenta, na sua edição inglesa, mas presente no Petit Robert, publicado na França nos anos noventa. Sendo tal termo uma atitude de discriminação principalmente em relação às mulheres. Mas é importante lembrar que se trata de uma posição, que pode ser perpetrada tanto por homens quanto por mulheres; portanto, o sexismo está presente intragêneros tanto quanto entre gêneros. Inscrita numa cultura falocrática, impregna o imaginário social e o prepara a um vasto conjunto de representações socialmente partilhadas, de opiniões e de tendência a práticas que desprezam, desqualificam, desautorizam e violentam as mulheres, tomadas como seres de menor prestígio social (Smigay, 2002, p. 34).

Já a heteronormatividade ou heterossexismo se elucida como a crença na existência de uma hierarquia das sexualidades em que a heterossexualidade ocupa a posição superior, a mais privilegiada, e as outras formas de sexualidade são consideradas, na melhor das hipóteses incompletas, acidentais e perversas; e, na pior, patológicas, criminosas, imorais e destruidoras da civilização (Borrillo, 2015).

Rios (2007) complementa, caracterizando o heterossexismo como um sistema onde a heterossexualidade é institucionalizada como norma social, política, econômica e jurídica, não importando se de modo explícito ou implícito. Sendo essa heterossexualidade institucionalizada, o heterossexismo manifesta-se em instituições culturais e organizações burocráticas, tais como, a linguagem e o sistema jurídico. Desta forma, acarretará, de um lado, superioridade e privilégios a todos que se adequam a tal parâmetro, e de outro, opressão e prejuízos a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT) e até mesmo heterossexuais que venham a se afastar dos padrões e regras impostos para a heterossexualidade.

4. Gênero e identidade de gênero

O termo gênero pode ser definido como o conjunto de normas, valores, costumes e práticas através das quais a diferença entre homens e mulheres é culturalmente significada e hierarquizada. Envolve todas as formas de construção social das diferenças entre masculinidade e feminilidade, conferindo sentido e inteligibilidade social às diferenças anatômicas, comportamentais e estéticas. Contemporaneamente se compreende que não há linearidade na determinação do sexo sobre gênero e sobre o desejo, sendo o gênero uma construção individual, social e cultural que sustenta a apresentação social da masculinidade e/ou feminilidade por um indivíduo (Brasil, 2008b, Sanches, 2011).

Silva Junior (2012) afirma que:

O conceito de gênero prioriza justamente a análise dos processos de constituição dessas distinções (biológicas, comportamentais ou psíquicas) instituídas entre homens e mulheres; por isso, o termo nos desvia de abordagens que tendem apenas à focalização de papéis e funções de mulheres e homens para aproximar-se de tratamentos mais amplos, levando a acreditar que as próprias instituições, os símbolos, as regras, os saberes, os comportamentos e políticas de uma sociedade são instauradas e perpassadas por representações e desígnios de feminino e de masculino e, concomitantemente, constroem e/ou resignificam essas representações (Silva Junior, 2012, p. 1920).

Jesus (2015) deixa claro que em relação à identidade de gênero, esta pode ser considerada como a identificação de algum para com algum gênero, que pode ou não concordar com o gênero e sexo biológico que lhe foram atribuídos quando de seu nascimento e, também que identidade de gênero e orientação sexual são dimensões diferentes que não se confundem, podendo pessoas trans, ser heterossexuais, lésbicas, gays ou bissexuais, tanto quanto as pessoas cisgênero.

Sanches (2011, p. 433) atribui à identidade de gênero “um caráter íntimo, próprio da pessoa em relação à sua identificação como homem ou como mulher e, desta maneira, consegue estruturar todo o seu comportamento e sua participação social”. Yogyakarta (2007, p. 7) expõe que tal concepção íntima “inclui o senso pessoal do corpo (que pode envolver por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos”, que são gestos e expressões peculiares do indivíduo.

5. Orientação sexual

O termo “orientação sexual” surgiu na década de 1980 em substituição ao conceito de “preferência sexual”, uma criação dos anos 70 que foi drasticamente refutada pela comunidade científica (Câmara, 2002). Este conceito pode ser definido como a expressão do desejo sexual do indivíduo quanto ao estabelecimento de vínculos eróticos, no qual o desejo sexual pode dirigir-se a pessoas do mesmo sexo (homossexualidade), do outro sexo (heterossexualidade) ou de ambos os sexos (bissexualidade). A orientação sexual desenvolve-se no decorrer da infância e adolescência, sendo definida mais claramente somente ao alcançar a maturidade. Não se sabe ao certo o porquê uma pessoa é homossexual uma vez que todos nascemos potencialmente bissexuais, podendo desenvolver a hétero ou a homossexualidade, a partir da influência do ambiente e das experiências emocionais vividas (Curitiba, 2002, Yogyakarta, 2007).

De acordo com Cardoso (1996) o conceito de orientação sexual pode ser relativizado como as muitas possibilidades de prazer. Assim, orientação sexual não é o mesmo que prática sexual (aquilo que as pessoas fazem no sexo), nem que identidade sexual (como as pessoas se sentem ou são nominadas a partir de suas práticas sexuais). Esse é mais um dos equívocos construídos que corroboram para reforçar o preconceito sobre pessoas não-heterossexuais.

6. Homofobia

Homofobia é um conjunto de emoções negativas (tais como aversão, desprezo, ódio, desconfiança, desconforto ou medo) que costumam produzir ou vincular-se a preconceitos e mecanismos de discriminação e violência contra pessoas homossexuais, bissexuais e transgêneros (em especial,

travestis e transexuais) e, mais genericamente, contra pessoas cuja expressão de gênero não se enquadra nos modelos hegemônicos de masculinidade e feminilidade. A homofobia, portanto, transcende a hostilidade e a violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros e associa-se a pensamentos e estruturas hierarquizantes relativas a padrões relacionais e identitários de gênero, a um só tempo, sexistas e heteronormativos (Herek, 1991, Junqueira, 2007, Teixeira & Alcântara, 2010, Unaid, 2007).

Jesus (2015) assegura que:

A palavra homofobia tem uma origem curiosa, ou melhor, diversa por definição. Surgiu da união, feita por um psicólogo norte-americano chamado George Weinberg, dos termos gregos *homos*, que significa “igual”, e *phobos*, que significa “medo”. Homofobia, lida assim ao pé da letra seria algo como “medo do igual”, o que pode levar a conclusões pouco fundamentadas em dados científicos, e mais em opiniões. Não é exatamente assim, quando Weinberg criou o termo nos anos 60 no século XX, para dar nome ao medo que algumas pessoas heterossexuais tinham de serem confundidas com homossexuais, ele se referia ao prefixo “homo” da palavra homossexual, criada em 1869 pelo ativista em direitos humanos Karl-Maria Kertbeny (pouco depois que Karl-Heinrich Ulrichs), precursor do movimento que hoje é conhecido como LGBT, definiu como “puranistas”, nos anos 60 do século XIX, aos homens que se sentiam atraídos por outro homem) (Jesus, 2015, p. 23).

Jesus (2015) afirma que essa concepção de violência se baseia na desvalorização da diversidade sexual humana além de ser uma violência não reconhecida pelos algezes – e até mesmo pela comunidade – como violência, fundamentando visões de mundo, do ser humano, das relações na escola, no trabalho e na vida pessoal e social calcadas na desqualificação das diferenças.

Borrillo (2015) narra que a homofobia constitui uma forma de ameaça aos valores democráticos de compreensão e respeito por outrem, no sentido em que ela promove a desigualdade entre os indivíduos em função de seus simples desejos incentivando a rigidez dos gêneros e favorecendo a hostilidade contra o outro. A homofobia deve ser considerada como um delito suscetível de sanção jurídica, não sendo esta apenas uma violência contra os homossexuais, mas igualmente uma agressão contra os valores que respaldam a democracia.

Silva Junior (2014) esclarece que embora o termo em questão tenha sido cunhado para designar o preconceito, a discriminação e a intolerância contra homossexuais, hodiernamente é utilizado de forma ampla, abrangendo a discriminação contra as minorias sexuais em geral. A homofobia atinge não apenas pessoas LGBT mas também todas as pessoas que não são percebidas como heterodiscordantes, ainda que sejam heteroafetivas.

Sussal (1998) estabelece que a homofobia é:

Uma manifestação cultural e social, que pode ser comparada ao racismo ou ao antisemitismo. As relações homofóbicas mais violentas provêm, em geral, de indivíduos que lutam contra seus próprios desejos homossexuais. A violência irracional contra gays é o resultado da projeção de um sentido insuportável de identificação inconsciente com a homossexualidade, de tal modo que o homossexual colocaria o homofóbico diante de sua própria homossexualidade experimentada como tolerável. A violência contra os homossexuais seria apenas a manifestação do ódio de si mesmo ou, melhor dizendo, da parte homossexual de si que a

peessoa teria vontade de eliminar. Sendo assim, a homofobia seria uma disfunção psicológica, resultante de um conflito mal resolvido durante a infância e que provocaria uma projeção inconsciente contra pessoas supostamente homossexuais. Esse mecanismo de defesa permitiria reduzir a angústia interior de se imaginar em via de desejar um indivíduo do mesmo sexo (Sussal, 1998, p. 203-214).

Borrillo (2015) complementa a afirmação de Sussal (1998) ao sustentar que a homofobia é um fenômeno complexo e variado que pode também assumir formas mais brutais, chegando até ao desejo e a prática de extermínio dos homossexuais por parte dos indivíduos homofóbicos mais radicais e intolerantes.

7. Homofobia no ambiente educacional

Reis (2015) considera que a homofobia presente na sociedade certamente reflete no ambiente educacional, às vezes, com mais crueldade entre os(as) próprios(as) estudantes que estão na fase de testar limites e reações. Também faz com que se reproduzam nesse local as demais normas associadas à sexualidade como um assunto tabu, objeto de mitos, construções sociais e falta de conhecimento. Lembra ainda, que são recentes as pesquisas sobre o tema, por isso, existem poucas informações anteriores acerca da homofobia nas instituições educacionais. Foi somente na primeira década dos séculos XXI que começaram a serem publicados no Brasil os resultados de estudos científicos que, entre outros tópicos também relatam esse assunto.

Tratamentos preconceituosos, medidas discriminatórias, ofensas, constrangimentos, ameaças e agressões físicas ou verbais, oriundos da homofobia, têm sido uma constante na vida escolar e profissional de jovens e adultos LGBT. Essas pessoas veem-se desde cedo às voltas com uma 'pedagogia do insulto' constituída de piadas, brincadeiras, jogos, apelidos, bilhetinhos, desenhos em carteiras e paredes, insinuações e expressões desqualificantes - poderosos mecanismos de licenciamento e de dominação simbólica (Junqueira, 2009a, Teixeira & Alcântara, 2010).

Louro (2008) complementa a citação anterior certificando que a navegação dos homossexuais no espaço legitimado da sala de aula acaba por confiná-los às gozações e aos insultos dos recreios e dos jogos, fazendo com que jovens gays e lésbicas só possam se reconhecer como desviantes, indesejados ou ridículos. Constantemente a hostilidade enfrentada por estudantes LGBT na escola pode resultar em "evasão". Uma instituição incapaz de lidar com a diferença e a pluralidade, funciona como uma das principais instituições guardiãs das normas de gênero reprodutora da heterossexualidade (Abramovay et al., 2004, Bento, 2011).

Desta maneira, a homofobia tem impacto na esfera dos sentimentos, da dignidade e do sucesso (ou fracasso) escolar. As agressões físicas e verbais, além das exclusões constantes, criam situações tristes e constrangedoras, além de impulsionar a saída das pessoas discriminadas das escolas. Lágrimas e timidez fazem parte desses ambientes, muitas vezes tão intolerantes (Abramovay et al., 2009; Junqueira, 2009b).

Tem-se constatado além da discriminação e atitudes homofóbicas no ambiente escolar, dois fenômenos que contribuem para a perpetuação desta situação, o primeiro, é o silêncio a respeito do tema, seja nos materiais didáticos e nas aulas sobre Educação Sexual e Cidadania, seja nas respostas dos profissionais de educação ou em situações percebidas de discriminação homofóbica. O segundo é o papel

heteronormativo desempenhado pelas escolas, significando a eternização, a reprodução e o reforço do modelo das relações heterossexuais e dos papéis de gênero tradicionalmente atribuídos ao masculino e ao feminino, em detrimento do incentivo ao respeito à diversidade, e contrariando a visão da escola como um espaço de transformação (Lionço & Diniz, 2009).

Os desdobramentos da homofobia são múltiplos e sempre prejudiciais para quem for vítima, variando desde a agressão verbal e psicológica, a exclusão, agressão física, o assassinato e o suicídio (Blumenfeld, 2007, Borrillo, 2001, 2009). Hardin (2000) explica que existem pesquisas internacionais que mostram como o suicídio, o uso abusivo de substâncias tóxicas, entre outras atitudes danosas à vida, estão mais presentes entre homossexuais por causa do preconceito a que são submetidos.

Outro fator relevante rememorado por Teixeira & Alcântara (2010) é que:

A homofobia age de maneira sutil, e, mesmo sem saber, indivíduos "não homofóbicos" podem contribuir para a reprodução de suas lógicas de discriminação que criam um clima de tensão permanente. Seria importante que docentes e estudantes discutissem os fatos que ela gera na escola, entre eles: violência, medo, insegurança, sofrimento, vulnerabilidade, abandono e evasão, o que prejudica a formação de todas as pessoas (Teixeira & Alcântara, 2010, p. 28).

Torres (2013, p. 44) evoca que esses comportamentos de humilhação provenientes da homofobia no campo educacional, "devem ser nomeados como atentado à dignidade humana, e que a sociedade deve reconhecer os direitos dessas pessoas discriminadas, e que só assim a homofobia poderá ser combatida".

8. Educação sexual

Na década de 1920 iniciou-se no Brasil um movimento em prol da Educação Sexual nas escolas, liderado pela feminista Berta Lutz. A intenção do movimento era que a escola fosse um lugar que contribuísse para o preparo das moças para a maternidade e o cuidado dos filhos e o preparo dos rapazes para a vida conjugal e também, para as responsabilidades paternas dentro de uma visão não repressora da sexualidade, e nem de controle da natalidade (Sayão, 1997, Rosistolato, 2007).

Somente em 1996, setenta anos depois, é que a política de Educação Sexual foi consagrada em dispositivo legal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº 9.394/1996) (Brasil, 2008a), baseada em princípios democráticos e de cidadania. Brasil (1994) esclarece que os objetivos gerais da Educação Sexual são:

Os de promover a sexualidade, seja na dimensão biológica (saúde sexual e reprodutiva), seja na dimensão sócio-cultural (sexualidade como expressão humana de um bem coletivo, regida pelos valores, normas e crenças de um povo), seja, finalmente, na dimensão psicológica (sexualidade como um bem individual a serviço do enriquecimento e crescimento harmonioso da pessoa humana). Com estes objetivos a Educação em Sexualidade está indissociavelmente ligada ao desabrochar da vida humana individual, do desenvolvimento sócio-afetivo, da construção da pessoa, da história social cultural e ética da sociedade (Brasil, 1994, p. 17-18).

"A fim de alcançar essas ideias o documento estabelece por escrito, onze diretrizes e as respectivas recomendações para a implantação de um programa de Educação Sexual na escola" (Brasil, 1994, p. 28-34). Em resumo são elas: Diagnosticar previamente as necessidades e expectativas do público-alvo, bem como os recursos humanos e materiais disponíveis no sistema formal de ensino, para que o programa seja estabelecido com objetivos claros e realistas, e com metas concretas, pertinentes e alcançáveis; Considerar a população-alvo dentro de um contexto histórico, sócio-cultural e econômico; Considerar a sexualidade dentro de uma visão biopsicosociocultural; Não apenas identificar e convocar a escola, mas motivá-la e prepará-la para assumir o papel que lhe é reservado; A quinta diretriz estabelece que no programa de capacitação deve constar temas como os que se seguem, e que este conteúdo deve ser flexível para adaptar-se às características e necessidades dos diferentes grupos de treinamento: Anatomofisiologia da sexualidade e da reprodução; Noções de planejamento familiar; Sexualidade e drogas; Doenças Sexualmente Transmissíveis e a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (DST/Aids); Visão histórico-cultural da sexualidade; Sexualidade da criança e do adolescente; Identidade e papéis sexuais; Disfunções, desvios e inadequações sexuais; Preconceitos, mitos e crendices sexuais; Sexualidade, família e cidadania; As dimensões do amor; Iniciar o Programa de Educação Sexual na pré-escola, prosseguir no primeiro e segundo graus, estender-se ao terceiro grau e contemplar o ensino profissionalizante, cursos supletivos e outros; Fazer gozo de estratégias educacionais que transcendam o mero informar, que promovam uma reflexão crítica de valores e atitudes, que possibilite escolhas livres, conscientes e responsáveis, com uma metodologia participativa; Estimular a integração dos professores entre si e com os alunos, e da escola com a família e a comunidade; Realizar, paralelamente à execução do programa, uma avaliação criteriosa do processo e de sua metodologia de implementação; Prever a estruturação de um sistema permanente de acompanhamento do programa, sob a coordenação das secretarias estaduais e municipais de educação, inclusive com o estabelecimento de núcleos de especialistas com capacitação científica comprovada em Educação Sexual, para promover uma constante reciclagem de conhecimentos dos professores, servindo de suporte técnico na orientação de problemas educativos e no acompanhamento e monitoramento do programa; Buscar a integração de esforços entre os setores públicos e privado, através de parceria em nível local e nacional, envolvendo organizações não-governamentais, nacionais e internacionais, e a integração dos múltiplos autores envolvidos no nível federal, estadual e municipal (Brasil, 1994).

Mas para que tudo isso seja garantido Silva Junior (2014) lembra que se mostra imperiosa a construção de uma cultura de reconhecimento da diversidade sexual e de enfrentamento da homofobia, através da capacitação dos profissionais da educação, especialmente os professores. Isto irá fortalecer o papel que os referidos profissionais exercem de promotores da cultura do respeito aos direitos humanos, da equidade entre todas as pessoas e da valorização da diversidade, e contribuirá para que a escola seja um espaço de promoção e valorização das diversidades que enriquecem a sociedade brasileira e não um instrumento de reprodução de preconceitos.

9. Metodologia

O presente estudo utilizou como método a revisão bibliográfica. Vergara (2014, p. 47-48) define a pesquisa bibliográfica como o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral. Realizou-se em abril de 2016 a busca minuciosa dos principais livros que tratavam da homofobia na escola e dos principais eixos temáticos, logo após, estes foram lidos em sua extensão nos meses de maio e junho de 2016, e posteriormente, utilizados na construção da revisão de literatura do trabalho, a posteriori, em setembro de 2016 foi realizada a busca de publicações indexadas na plataforma Google Acadêmico, com vistas à literatura publicada no Brasil, como também referências técnico-científicas brasileiras e periódicos conceituados. Os parâmetros de inclusão foram pesquisas científicas (artigos, dissertações e teses), escritos em língua portuguesa possuindo relação com o tema: causas e consequências da homofobia na escola, e publicadas no ano de 2016.

A partir disso, foram selecionados 19 trabalhos como corpus de análise (Figura 1).



Figura 1. Fluxograma de seleção de artigos que enfocam a temática consequências da homofobia na escola, em 2016.

Os resumos e conclusões foram avaliados e os trabalhos que atenderam aos requisitos estabelecidos foram selecionados para este estudo e lidos na íntegra. Após a leitura das pesquisas selecionadas, prosseguiu-se com a análise e organização da temática escolhida. O intuito foi descrever e classificar os resultados, evidenciando o conhecimento produzido sobre o tema proposto através da análise, categorização e síntese das temáticas. Visando a sistematização dos dados, desenvolveu-se um instrumento de coleta contendo dados referentes à autoria (nome dos autores, titulação e local de atuação) e dados relativos às publicações (título, ano, periódico, objeto de estudo, resumo e conclusão). Após a coleta dos dados, foi caracterizado o corpus de análise. Os artigos foram comparados, agrupados e discutidos por similaridade de conteúdo.

10. Resultados e discussão

O corpus de análise foi integralmente brasileiro, redigido em português, indexado no Google Acadêmico e publicado no ano de 2016. A maior porcentagem das publicações foi resultante dos estados de São Paulo (21,05%) e Bahia (21,05%) (Tabela 1).

Tabela 1. Distribuição e porcentagem de trabalhos integrantes do corpus de análise segundo o estado brasileiro de origem.

Estado de origem	Nº	%
São Paulo	4	21,05

Bahia	4	21,05
Paraíba	2	10,52
Paraná	2	10,52
Rio Grande do Sul	2	10,52
Santa Catarina	2	10,52
Sergipe	2	10,52
Pernambuco	1	5,26
Total	19	100

As titulações acadêmicas encontradas foram: mestrado, doutorado e pós-doutorado. Dos 19 trabalhos selecionados, 13 eram artigos científicos (68,42%), 5 dissertações (26,31%) e 1 tese (5,26%). Em relação aos periódicos dos 13 artigos selecionados, puderam ser identificados 10, com destaque para a Revista da FAEEBA, que foi responsável por 30,76% das produções acerca do assunto analisado (Tabela 2).

Das dissertações utilizadas, foram nomeadas 5 Universidades e a única tese empregada neste estudo, foi oriunda da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Tabela 3).

A partir da análise dos resumos e conclusões, foi possível identificar que 94,73% (18) dos estudos encontraram causas e que 78,94% (15) identificaram consequências referentes à homofobia no ambiente educacional, o que possibilitou a classificação em duas categorias temáticas. A primeira categoria remete às causas encontradas pelos pesquisadores.

Os autores identificaram causas para que haja homofobia no ambiente educacional, sendo elas: falta de grupos de educadores(as) que lutem pela educação da população LGBT; professores(as) preparados(as) para trabalhar com as diferenças sexuais; construir outras relações de gênero/sexualidades no interior da sala de aula, particularmente nos anos iniciais do ensino fundamental; pedagogia inspirada na interculturalidade; ambiência nas escolas mais favorável ao ensino/aprendizagem sensível e de enfrentamento a homofobia; políticas de identidade e direito às diferenças; ingerência na escola, o que poderia propiciar a re/construção das identidades num processo dinâmico e continuado, invariavelmente interpelado por dispositivos sociais e curriculares; legislações públicas voltadas para a comunidade LGBT, que garantam o acesso e permanência de

lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, etc. na escola; debate, investigação das relações sociais e da transformação do sujeito devido a inexistência de uma educação sexual fundamentada nas relações humanas; desconstruir a problematização da matriz heteronormativa; investimento em ações paralelas como divulgação das políticas, dos programas e dos equipamentos públicos de subsídio e de direitos a população LGBT; acolhimento da diversidade de formas de viver por parte da escola; de uma frente de luta que envolva professores(as), diretores(as), psicólogos(as), assistentes sociais, funcionários(as) de diversos setores da educação, que tratem das questões que englobem a diversidade sexual; políticas públicas voltadas ao combate das desigualdade e à promoção de ações de integração da população LGBT; criação de ações afirmativas; imperativo ético por parte das instituições educativas, visando a transformação de suas práticas violentas e excludentes; pesquisa dialógica, que traga para o debate acadêmico e para a produção do conhecimento educacional vozes da comunidade LGBT, que são invisibilizadas e não são reconhecidas nesse campo; formação inicial e continuada em gênero e diversidade sexual para gestores(as), docentes e demais profissionais das escolas; inserção das sexualidades não heterossexuais em relações hierárquicas; coerência entre a realidade do cotidiano educacional e as normativas que determinam a escola como gestora da inclusão; valorização das diversidades na escola; professores(as) que produzam dissensos em suas práticas, por meio do seu comprometimento com os direitos humanos, com as lutas históricas dos movimentos feministas e de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros; inclusão das diferenças sexuais; atuação que potencialize as diferenças como realidade relacional e afirmadora da dialogia da vida, em detrimento de discursos monológicos, fundamentalistas e sexistas que intentam estratificar e embrutecer os corpos e a vitalidade do mundo; políticas educacionais que contemplem temas da diversidade; normatização específica sobre a obrigação da escola em abordar as temáticas da diversidade sexual e de gênero; atribuição de argumento de valorização e legitimação da diversidade; inserção atividades que busquem contemplar a diversidade sexual e familiar, nas práticas educativas (Almeida, 2016, Barbosa & Silva, 2016, Cardoso, 2016, Carvalho & Guizzo, 2016, Catelli Junior & Escoura, 2016, Dias et al., 2016, Eugenio & Boaretto, 2016, Franco, 2016, Groff et al., 2016, Moreira, 2016, Oliveira, 2016, Pinho & Pulcino, 2016, Prado & Ribeiro, 2016, Rios et al., 2016, Rossi, 2016, Silva Junior, 2016, Viganò, 2016).

Tabela 2. Distribuição e porcentagem de artigos segundo os periódicos.

Periódicos	Artigos selecionados (n.%)	
	No	%
Revista da FAEEBA	04	30,76
Educação e Pesquisa	01	7,69
Espaço do Currículo	01	7,69
Interfaces Científicas	01	7,69
Motrivivência	01	7,69
Olhares	01	7,69
Revista Contemporâneos	01	7,69
Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação	01	7,69
Revista Linhas	01	7,69
Revista Reflexão em Ação	01	7,69

Tabela 3. Distribuição e porcentagem de dissertações e tese por universidades.

Universidades	Dissertações (quantidade)	Tese (quantidade)	%
Universidade Federal da Paraíba	01		20
Universidade Federal de Sergipe	01		20
Universidade Federal do Paraná	01		20
Universidade Federal Rural de Pernambuco	01		20
Universidade Tuiuti do Paraná	01		20
Universidade Federal do Rio Grande do Sul		01	100
Total	05	01	100

Os pesquisadores ainda citam outras causas que levam à existência da homofobia na escola, entre elas: silenciamento quanto à normalização dos corpos e das sexualidades; reprodução da ideia de que existem sentidos e significados de masculinidade e feminilidade fixos que devem ser seguidos por homens e mulheres; alguns professores(as) por não conseguirem separar suas convicções pessoais de suas práticas profissionais e sociais, expressam abertamente para seus(as) alunos(as) suas opiniões e crenças religiosas, sendo possível desta forma, constatar práticas preconceituosas influenciadas por esses discursos e crenças; medo por parte de docentes de serem acusados(as) de incentivar práticas homossexuais; políticas e práticas de regulação e subjetivação corporal e de gênero; resistência dos agentes educacionais – gestores(as), coordenadores(as), professores(as), secretários(as) da educação – em dar visibilidade aos temas voltados a diversidade sexual; existência de uma educação sexual que não diverge de tudo aquilo que é dado como normal, que não contesta a unicidade do mundo, que não se responsabiliza eticamente com o outro, que não entende que a democracia só se realiza no seu aspecto mais profundo, quando há uma reconfiguração do mundo sensível na qual a parte dos sem-parte toma o lugar da configuração; enaltecimento da heterossexualidade enquanto forma legítima de expressão de vida; políticas públicas e curriculares incipientes, que não inserem as temáticas de gênero e sexualidade de forma correta; educação sexista; práticas escolares heteronormativas; políticas públicas parciais e excludentes, que afetam negativamente as populações que se localizam fora dos limites de uma norma heterossexual (Almeida, 2016, Barbosa & Silva, 2016, Cardoso, 2016, Carvalho & Guizzo, 2016, Dias et al., 2016, Groff et al., 2016, Moreira, 2016, Oliveira, 2016, Pinho & Pulcino, 2016, Prado & Ribeiro, 2016, Silva & Maia, 2016, Vigano, 2016).

A segunda categoria temática refere-se às publicações que abordam as consequências da homofobia no ambiente educacional. As consequências encontradas pelos estudiosos foram: agressão física, moral e psicológica, segregação, desafios de inclusão, impossibilidade de concluir o ciclo básico de ensino e dessa maneira não chegar a uma instituição de educação superior, desigualdade, discriminação, isolamento, críticas, comentários ofensivos, expulsão, constrangimentos, desrespeito as individualidades, estigmatização da sexualidade não heterossexual, exclusão, impedimento de continuar a desenvolver o conhecimento na escola, inferiorização, opressão, preconceito, dificuldades em conseguir ingressar nas instituições de educação, sensação de que a escola não é lugar para LGBT, insultos, sofrimento,

violência física, social e verbal (Barbosa & Silva, 2016, Carvalho & Guizzo, 2016, Catelli Junior & Escoura, 2016, Dias et al., 2016, Franco, 2016, Groff et al., 2016, Moreira, 2016, Oliveira, 2016, Prado & Ribeiro, 2016, Pinho & Pulcino, 2016, Rios et al., 2016, Rossi, 2016, Silva Junior, 2016, Souza, 2016, Vigano, 2016).

11. Conclusão

A partir da análise do corpus selecionado foi possível confirmar a existência de causas e consequências para a homofobia no ambiente educacional. Fica explícita a necessidade e importância de incentivar a pesquisa relacionada a esta temática com o intuito de tornar a educação e seu campo de atuação mais acolhedores às diferenças sexuais, levando desta forma à minimização da problemática levantada neste estudo.

12. Referências

- Abramovay, M., Castro, M. G., Silva, L. B. (2004). Juventude e sexualidade. Brasília: UNESCO Brasil, 428 p.
- Abramovay, M., Cunha, A., Calaf, P. (2009). Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas. Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latino-americana – RITLA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF, 496 p.
- Almeida, E. L. (2016). Escola sem homofobia: A (re)produção da identidade sexual nos discursos escolares. 105 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Culturas e Identidades – Universidade Federal Rural de Pernambuco / Fundação Joaquim Nabuco. Departamento de Educação da UFRPE, Recife.
- Barbosa, B. R. S. N., & Silva, L. V. (2016). Ações afirmativas para ingresso ao ensino superior como meio de efetivação do direito à educação para os/as transexuais e travestis. Disponível em: <<http://www.revistacontemporaneos.com.br/index.htm>>. Acesso em: 01/10/2016.
- Barroso, L. R. C. (2011). Diferentes, mas iguais: o reconhecimento jurídico das uniões homoafetivas no Brasil. Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC, n. 17, p. 105-138.
- Bento, B. A. M. (2011). Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 548-559.
- Blumenfeld, W. J. (2007). Homofobia internalizada: manifestações. Disponível em: <<http://homofobia.com.sapo.pt.definicoes.html>>. Acesso em: 16/08/2016.

- Borrillo, D. (2001). Homofobia. Espanha: Bellaterra.
- Borrillo. A homofobia. In: Lionço, T., Diniz, D. (Coords.). (2009). Homofobia e educação: um desafio ao silêncio. Brasília: Letras Livres, p. 9-13.
- Borrillo. (2015). Homofobia: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 144 p.
- Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 183 p. Disponível em: <<http://www.amperj.org.br/store/legislacao/constituicao/crfb.pdf>>. Acesso em: 17/08/2016.
- Brasil. (1994). Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Projetos Educacionais Especiais. Diretrizes para uma política educacional em sexualidade. Brasília: MEC/SEPESPE, 44 p.
- Brasil. (2008a). Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Brasília: Senado Federal. Senadora Fátima Cleide.
- Brasil. (2008b). Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República. Texto-base da conferência nacional de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. 64 p. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/LGBT/texto_base_1_lgbt.pdf>. Acesso em: 11/08/2016.
- Câmara, C. (2002). Cidadania e orientação sexual: a trajetória do grupo Triângulo Rosa. Rio de Janeiro: Academia Avançada, 182 p.
- Cardoso, F. L. (1996). O que é orientação sexual? São Paulo: Brasiliense, (Coleção Primeiros passos), 74 p.
- Cardoso, H. M. (2016). O que é normal pra mim pode não ser normal pro outro: abordagem de corpo, gênero e sexualidades na licenciaturas do Instituto Federal de Sergipe, campus Aracaju. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.
- Carvalho, R. S., & Guizzo, B. S. (2016). Políticas curriculares de educação infantil: um olhar para as interfaces entre gênero, sexualidade e escola. Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 25, n. 45, p. 191-201.
- Catelli Junior, R., & Escoura, M. (2016). Sujeitos da diversidade: A agenda LGBT na educação de jovens e adultos. Olhares, Guarulhos, v. 4, n. 1, p. 226-245.
- Curitiba. (2002). Prefeito (2001-2004: Taniguchi). Protocolo de atenção à saúde do adolescente. p. 42-43.
- Dias A. F., Carvalho, M. E. P., Oliveira, D. A. (2016). Notas sobre o processo de inclusão/exclusão de uma professora transexual. Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 25, n. 45, p. 145-158.
- Eugenio, B. G., & Boaretto, G. (2016). No interior da sala de aula: as relações de gênero nos anos iniciais do ensino fundamental. Interfaces Científicas: Educação, Aracaju, v. 4, n. 3, p. 139-150.
- Franco, N. (2016). A educação física como território de demarcação dos gêneros possíveis: vivências escolares de pessoas travestis, transexuais e transgêneros. Motrivivência, Florianópolis, v. 28, n. 47, p. 47-66.
- Groff, A. R., Maheirie, K., Mendes, P. O. S. P. (2016). A educação sexual e a formação de professores/as um convite ao dissenso. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação. São Paulo, v. 10, n. esp., p. 1431-1444.
- Hardin, K. N. (2000). Auto-estima para homossexuais. Um guia para o amor próprio. São Paulo: Edições GLS, 245 p.
- Herek, G. M. Stigma, prejudice, and violence against Lesbians and Gay men. In: Gonsiorek, J. C., Weinrich, J. D. (Eds.). (1991). Homosexuality: research implications for public policy. Newbury Park, CA: Sage, p. 60-80.
- Jesus, J. G. (2015). Homofobia: identificar e prevenir. Rio de Janeiro: Metanoia, 110 p.
- Junqueira, R. D. O reconhecimento da diversidade sexual e a problematização da homofobia no contexto escolar. In: Ribeiro, P. R. C., Silva, M. R. S., Souza, N. G. S., Goellner, S. V., Souza, J. F. (Coords.). (2007). Corpo, gênero e sexualidade: discutindo práticas educativas. Rio Grande: Editora da FURG, p. 59-69.
- Junqueira, R. D. Políticas de educação para a diversidade sexual: escola como lugar de direitos. In: Lionço, T.; Diniz, D. (Coords.). (2009a). Homofobia e educação: um desafio ao silêncio. Brasília: Letras Livres, p. 161-193.
- Junqueira, R. D. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: Junqueira, R. D. (Coord.). (2009b). Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, p. 24.
- Lionço, T., & Diniz, D. (Coords.). (2009). Homofobia e educação: um desafio ao silêncio. Brasília: Letras Livres, 196 p.
- Louro, G. L. (2008). Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 10a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 68.
- Moreira, J. (2016). Janelas Fechadas: a questão LGBT no PNE 2014. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Oliveira, A. L. (2016). Discursos docentes sobre crianças cujos pais/mães vivem em condição de conjugalidade homoafetiva. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- Pinho, R., & Pulcino, R. (2016). Desfazendo os nós heteronormativos da escola: contribuições dos estudos culturais e dos movimentos LGTBTT. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/2016nahead/1517-9702-ep-S1517-97022016148298.pdf>>. Acesso em: 01/10/2016.
- Prado, M. A. M., Rodrigues, C., Machado, F. V. (2006). Participação, política e homossexualidade: 8a Parada do Orgulho GLBTT de Belo Horizonte. Belo Horizonte. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.
- Prado, V. M., & Ribeiro, A. I. M. (2016). Escola, homossexualidades e homofobia, lembrando experiências na educação física escolar. Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 97-114.
- Reis, T. (2015). Homofobia no ambiente educacional: o silêncio está gritando. Curitiba: Appris, 329 p.
- Rios, J. A. V. P., Nuñez, J. M. L., Fernandez, O. F. R. L. (2016). Diversidade na educação básica: Políticas de sentido sobre a formação docente. Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 25, n. 45, p. 101-112.
- Rios, R. R. O conceito de homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. In: Pocahy, F. (Org.O.). (2007). Rompendo o silêncio: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea. Porto Alegre: Nuances, p. 27-48.
- Rosistolato, R. P. R. (2007). Orientação sexual com “jeitinho brasileiro”: uma análise antropológica da intervenção escolar na socialização afetivo-sexual dos adolescentes. Rio de Janeiro, 205 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas – Antropologia Cultural) – Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Rossi, A. J. (2016). As políticas de diversidade na educação: uma análise dos documentos finais das CONAes, DCNs e PNE. 2016. 176 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

- RubinG., & Butler, J. (2003). Tráfico sexual: entrevista. *Cadernos Pagu*, 21, p. 157-209.
- Sanches, P. C. Mudança de nome e da identidade de gênero. In: diversidade sexual e suas nomenclaturas. In: Dias, M. B. (Coord.). (2011). *Diversidade sexual e direito homoafetivo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, p. 425-444.
- Sayão, Y. Orientação Sexual na Escola: os territórios possíveis e necessários. In: Aquino, J. (Coord.). (1997). *Sexualidade na escola. Alternativas teóricas e praticas*. São Paulo: Summus, p. 97-105.
- Silva, R. D., & Maia, A. C. B. (2016). Encontrando Bianca: a travestilidade no Kit Anti-Homofobia. *Revista Linhas*. Florianópolis, v. 17, n. 34, p. 58-83.
- Silva Junior, J. A. Uma explosão de cores: sexo, sexualidade, gênero e diversidade. In: Vieira, T. R. (Coord.). (2012). *Minorias sexuais: direitos e preconceitos*. Brasília: Consulex, p. 11-1920.
- Silva Junior, A. M. (2014). *Diversidade sexual e inclusão social: uma tarefa a ser completada*. Franca: Lemos e Cruz, 256 p.
- Silva Junior, J. A. (2016). Direitos à meia luz: regulamentação do uso do nome social de estudantes travestis e transexuais nas instituições escolares. *Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 25, n. 45, p. 173-189.
- Smigay, K. E. (2002). Sexismo, homofobia e outras expressões correlatas de violência: desafios para a psicologia política. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 8, n. 11, p. 32-46.
- Sussal, C. A. (1998). Kleinian Analysis of Homophobia. *Smith College Studies in Social Work*, v. 68, n. 2, p. 203-214.
- Teixeira, A. B. M., & Alcântara F. (2010). *Conversando na Escola sobre Elas e Eles: para além do politicamente correto*. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 156 p.
- Torres, M. A. (2013). *A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na Escola*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica; Ouro Preto, MG: UFOP, 72 p.
- UNAIDS – Programa Conjunto das Nações Unidas sobre o HIV/Aids. (2007). Grupo de Cooperação Técnica Horizontal para América Latina e Caribe (GCTH) e Centro Internacional de Cooperação Técnica em HIV/Aids (CICT). *Direitos humanos, saúde e HIV: Guia de ações estratégicas para prevenir e combater a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero*. Brasília.
- Valladeres, K. K. (2007). *Orientação sexual na escola*. 2a ed. Rio de Janeiro: Quartet, 128 p.
- Vergara, S. C. (2014). *Projetos e relatórios de pesquisa em Administração*. São Paulo: Atlas, 94 p.
- Vigano, S. M. M. (2016). Trajetórias de exclusão na construção social das identidades de jovens e adultos. *Espaço do Currículo*, João Pessoa, v. 9, n. 1, p. 62-72.
- Yogyakarta, P. (2007). *Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero*. 40 p. Disponível em: <http://www.ypinaction.org/files/01/37/principios_yogyakarta.pdf>. Acesso em: 11/08/2016.